



CEFOP-LART

Centro de Formação de Professores
Lamego, Armamar, Resende, Tarouca

REGULAMENTO INTERNO



Agrupamento de Escolas da Sé
Escola Básica e Secundária da Sé - Lamego



Agrupamento de Escolas
Gomes Teixeira
Armamar



CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

ÍNDICE

ÍNDICE	1
PARTE I – PREÂMBULO	4
PARTE II – ENQUADRAMENTO, ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO	4
Secção I – ENQUADRAMENTO	4
Artigo 1.º Quadro Legal	4
Artigo 2.º Princípios orientadores	4
Artigo 3.º Objetivos	4
Artigo 4.º Competências	5
Artigo 5.º Estatuto	5
Artigo 6.º Denominação de área geográfica	5
Artigo 7.º Origem	5
Artigo 8.º Homologação	5
Artigo 9.º Acreditação	5
Secção II – ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO	6
Capítulo 1 – Composição, escola-sede e símbolos	6
Artigo 10.º Estabelecimento de ensino associados	6
Artigo 11.º Escola-sede	6
Artigo 12.º Símbolos	6
Capítulo 2 – Estruturas de direção e gestão	6
Artigo 13.º Estruturas de direção e gestão	6
Artigo 14.º Constituição e funcionamento da Comissão Pedagógica	6
Artigo 15.º Conselho de Diretores	7
Artigo 16.º Competências do Conselho de Diretores	7
Artigo 17.º Secção de formação e monitorização	7
Artigo 18.º Competências da secção de formação e monitorização	7
Artigo 19.º Regimento da Comissão Pedagógica	7
Artigo 20.º Diretor	8
Artigo 21.º Mandato de diretor	8
Artigo 22.º Seleção de diretor	8
Artigo 23.º Competências do diretor	9
Artigo 24.º Direitos do diretor	9
Artigo 25.º Substituição do diretor em caso de impossibilidade	9
Capítulo 3 – Outras estruturas	9
Artigo 26.º Consultor de formação	9
Artigo 27.º Nomeação de consultor de formação	9
Artigo 28.º Atribuições do consultor de formação	9
Artigo 29.º Condições do exercício do consultor de formação	9
Artigo 30.º Apoio técnico e pedagógico	9
PARTE III – FORMAÇÃO	10
Capítulo 1 – Planeamento da formação	10
Artigo 31.º Áreas de formação	10
Artigo 32.º Modalidades de ações de formação	10
Artigo 33.º Duração das ações de formação	10
Artigo 34.º Plano de Formação	10
Artigo 35.º Comunicação e divulgação do plano de formação	11

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

Artigo 36.º	Protocolos com outras instituições de ensino -----	11
Artigo 37.º	Outros protocolos de cooperação -----	12
Artigo 38.º	Formação considerada -----	12
Artigo 39.º	Formação obrigatória -----	12
Artigo 40.º	Efeitos -----	12
Artigo 41.º	Plano de atividades do CFAE -----	12
Capítulo 2 – Formadores -----		12
Artigo 42.º	Acreditação de formador -----	12
Artigo 43.º	Requisitos -----	12
Artigo 44.º	Critérios de seleção de formadores -----	12
Artigo 45.º	Bolsa de formadores internos (BFI) -----	12
Artigo 46.º	Funcionamento da bolsa de formadores internos (BFI) -----	13
Artigo 47.º	Formadores externos -----	13
Artigo 48.º	Estatuto de formador -----	13
Artigo 49.º	Deveres dos formadores -----	13
Capítulo 3 – Formandos -----		14
Artigo 50.º	Formandos -----	14
Artigo 51.º	Formandos docentes -----	14
Artigo 52.º	Direitos dos formandos docentes -----	14
Artigo 53.º	Deveres dos formandos docentes -----	14
Artigo 54.º	Formandos não docentes -----	15
Artigo 55.º	Direitos dos formandos não docentes -----	15
Artigo 56.º	Deveres dos formandos não docentes -----	15
Capítulo 4 – Formação de pessoal docente -----		15
Artigo 57.º	Candidatura/inscrições -----	15
Artigo 58.º	Prioridades/seleção -----	15
Artigo 59.º	Calendários e horários -----	15
Artigo 60.º	Declarações de presença -----	15
Artigo 61.º	Regime de faltas -----	15
Artigo 62.º	Avaliação dos formandos docentes -----	15
Artigo 63.º	Critérios de avaliação dos formandos docentes -----	16
Artigo 64.º	Citações e referências -----	16
Artigo 65.º	Classificação quantitativa e menções -----	16
Artigo 66.º	Não aprovação -----	16
Artigo 67.º	Certificados de formação -----	16
Artigo 68.º	Divulgação dos trabalhos e relatórios produzidos -----	17
Artigo 69.º	Recurso -----	17
Artigo 70.º	Faltas -----	17
Artigo 71.º	Desistência -----	17
Capítulo 5 – Formação certificada pela comissão pedagógica -----		17
Artigo 72.º	Ações de curta duração (ACD) -----	17
Artigo 73.º	Reconhecimento e certificação -----	17
Artigo 74.º	Condições de reconhecimento -----	17
Artigo 75.º	Ratificação da decisão de reconhecimento e certificação ---	18
Artigo 76.º	Certificação -----	18
Capítulo 6 – Formação de pessoal não docente -----		18
Artigo 77.º	Candidatura/inscrições -----	18
Artigo 78.º	Calendários e horários -----	18

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

Artigo 79.º	Avaliação dos formandos não docentes -----	18
Artigo 80.º	Certificados -----	18
Artigo 81.º	Recurso -----	18
Artigo 82.º	Pautas -----	19
Artigo 83.º	Abandono e critério de exclusão -----	19
Capítulo 7 – Avaliação da formação e atividades do CFAE-----		19
Artigo 84.º	Avaliação das ações de formação -----	19
Artigo 85.º	Relatório anual de avaliação da formação e atividade do CFAE	19
PARTE IV – BOLSA DE AVALIADORES EXTERNOS (BAE) NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO EXTERNA DE DESEMPENHO DOCENTE (AEDD) -----		19
Artigo 86.º	Conceito -----	19
Artigo 87.º	Enquadramento legal -----	19
Artigo 88.º	Competências -----	20
Artigo 89.º	Coordenação e gestão (Diretor do CEFOP-LART) -----	20
Artigo 90.º	Distribuição dos avaliadores e parecer em casos de impedimento e exclusão (Comissão Pedagógica) -----	20
Artigo 91.º	Recenseamento -----	20
Artigo 92.º	Observação de aulas e aplicação dos documentos de avaliação (Avaliadores externos) -----	20
Artigo 93.º	Seleção dos avaliadores externos -----	20
Artigo 94.º	Atualização da BAE -----	21
Artigo 95.º	Distribuição dos avaliadores externos -----	21
Artigo 96.º	Calendarização -----	21
Artigo 97.º	Comunicações e impedimentos -----	21
Artigo 98.º	Observação de aulas -----	22
Artigo 99.º	Procedimento administrativo da observação de aulas -----	22
Artigo 100.º	Deslocações e trabalho extraordinário dos avaliadores externos	22
Artigo 101.º	Apoio aos avaliadores -----	22
Artigo 102.º	Monotorização -----	22
PARTE V – ORÇAMENTO DO CFAE -----		22
Artigo 103.º	Orçamento de CFAE -----	22
PARTE VI – AÇÕES DE FORMAÇÃO DO CFAE EM REGIME DE COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES -----		23
Artigo 104.º	Princípios a adotar -----	23
PARTE VII – MEIOS DE DIVULGAÇÃO -----		23
Artigo 105.º	Meios de divulgação -----	23
PARTE VIII – CONTACTOS -----		23
PARTE IX – DISPOSIÇÕES FINAIS-----		23
Artigo 107.º	Entrada em vigor -----	23
Artigo 108.º	Regime Subsidiário -----	23
ANEXO I -----		24
ANEXO II -----		25

Parte I PREÂMBULO

O ordenamento jurídico da formação de professores reconhece a formação contínua como um investimento prioritário para a valorização dos professores, em estreita articulação com o trabalho desenvolvido ao nível do seu estabelecimento de educação ou de ensino, realçando-se, entre elas, a melhoria da qualidade do ensino e das aprendizagens e o estímulo aos processos de mudança ao nível das escolas e dos territórios educativos em que estas se integram.

O CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende, Tarouca) perspetiva a formação contínua como um pilar de desenvolvimento profissional dos agentes educativos, pela autoformação, pela prática da investigação e pela inovação educacional, capaz de proporcionar uma aprendizagem organizacional que garanta aos professores e, conseqüentemente às escolas, a sustentabilidade de uma ação educativa e pedagógica que dote os alunos de resiliência para serem capazes de viver com os desafios e dificuldades que a sociedade lhes vai constantemente apresentando.

Perseguindo uma cultura de proximidade, a ação do CEFOP-LART fundamenta-se no respeito pela identidade de cada Agrupamento de Escolas, pela assunção de atitudes pró-ativas para a antecipação das mudanças necessárias, pela promoção de uma cultura organizacional estratégica, pela transparência na comunicação, numa lógica de projeto em rede e pelo desenvolvimento de um continuum de eficácia estratégica, reconhecendo a pertinência e necessidades de formação conducentes ao desenvolvimento pessoal e profissional de professores, do pessoal não docente e dos pais, dentro da organização Escola, uma escola “que continuamente se pensa a si própria, na sua missão social e na sua estrutura, e se confronta com o desenrolar da sua actividade num processo simultaneamente avaliativo e formativo”(Alarcão, 2000;13).

O presente regulamento interno pretende criar um conjunto de regras, que visam clarificar a atividade do Centro de Formação de Professores (Lamego, Armamar, Resende, Tarouca), doravante designado por CEFOP-LART, delimitar a ação dos parceiros educativos, permitir apoiar e articular, nos contextos específicos e nas interfaces dos mesmos, a qualidade e eficácia formativa/educativa e o conseqüente desenvolvimento, refletido e sustentado, das organizações e da profissionalidade docente e não docente, balizando a sua atuação formativa e agenciando o sucesso educativo através da formação de quadros eficientes.

A matriz da sua proposta encontra os seus referenciais no incentivo e na disseminação de uma cultura de escola aprendente, reflexiva, humanizante, esclarecida, colaborativa e integradora, integrando uma visão sistémica e articulada da política educativa dos Centros de Formação, ao mesmo tempo que, considerando a elevada qualificação dos recursos humanos do sistema educativo, promove o espírito crítico, o raciocínio rigoroso e o trabalho colaborativo necessários ao desenvolvimento de uma cultura de aprendizagem ao longo da vida, antecipando cenários educativos consentâneos com a promoção da aprendizagem e desenvolvimento das competências fundamentais para o século XXI para todos os intervenientes nos processos educativos.

Parte II ENQUADRAMENTO, ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO

Secção 1 ENQUADRAMENTO

Os estabelecimentos de educação pré-escolar e dos ensinos básico e secundário de uma mesma área geográfica podem, mediante decisão dos respetivos órgãos de direção, associar-se com vista à constituição de Centros de Formação de Associações de Escolas, doravante designados por CFAE. São associações que reúnem escolas públicas, escolas privadas e cooperativas. A integração de uma escola do ensino particular e cooperativo num CFAE é solicitada pela escola e requer a definição prévia da contribuição desta em recursos humanos e ou financeiros, bem como o parecer positivo do conselho de diretores do CFAE.

Artigo 1º Quadro legal

Os CFAE são legalmente enquadrados pelo Regime Jurídico da Formação Contínua de Professores, Decreto-Lei nº 22/2014, de 11 de Fevereiro, e pelo Decreto-Lei nº 127/2015, de 7 de Julho, que determina a sua constituição e funcionamento.

Artigo 2º Princípios orientadores

A formação realizada pelo Centro de Formação de Professores (Lamego, Armamar, Resende, Tarouca), adiante designado por CEFOP-LART, assenta nos seguintes princípios:

- liberdade das iniciativas de formação;
- autonomia científico-pedagógica na conceção e execução de modelos de formação;
- adequação às necessidades do sistema educativo;
- contributo para a descentralização funcional e territorial do sistema de formação contínua;
- cooperação institucional, nomeadamente com instituições de ensino público, privado e cooperativo;
- associação entre escolas, desenvolvendo a sua autonomia e favorecendo a sua inserção comunitária;
- valorização da comunidade educativa.
- outros, definidos no artigo 6.º do Decreto-Lei n.º 127/2015, de 7 de julho.

Artigo 3º Objetivos

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

São objetivos do CEFOP-LART:

- a) garantir a execução de planos de formação visando o melhor desempenho das escolas enquanto organizações empenhadas na procura da excelência, designadamente através da valorização da diversidade dos seus recursos humanos;
- b) coligir a identificação das prioridades de formação de curto e médio prazo do pessoal docente e não docente indicadas pelas escolas associadas;
- c) promover o desenvolvimento da formação contínua do pessoal docente e não docente das escolas associadas, através da elaboração e implementação de planos de formação adequados às prioridades definidas;
- d) assegurar o apoio às escolas associadas na implementação dos currícula e na concretização de projetos específicos;
- e) construir redes de parceria com instituições de ensino superior ou outras, tendo em vista a adequação e a qualidade da oferta formativa;
- f) privilegiar as relações com as comunidades locais e regionais;
- g) fomentar a divulgação e disseminação das boas práticas, da partilha de experiências pedagógicas e de recursos educativos adequados às necessidades organizacionais, científicas e pedagógicas das escolas e dos profissionais de ensino;
- h) garantir a qualidade da formação, através de mecanismos de monitorização e de avaliação da formação e do seu impacto e reformular os planos de formação em conformidade com os resultados obtidos;
- i) colaborar com a administração educativa em programas relevantes para o sistema educativo;
- j) Promover a melhoria da qualidade do ensino e dos resultados do sistema educativo;
- k) Outros, definidos no artigo 7.º do Decreto-Lei n.º 127/2015, de 7 de julho.

Artigo 4º
Competências

Ao CEFOP-LART compete:

- a) coordenar a identificação das necessidades de formação em cooperação com os órgãos próprios das escolas associadas e definir as respetivas prioridades a considerar na elaboração do plano de formação do CFAE;
- b) elaborar e implementar planos anuais e plurianuais de formação, tendo em consideração as prioridades estabelecidas;
- c) constituir e gerir uma bolsa de formadores internos, certificados como formadores pelas entidades competentes, entre os profissionais das escolas associadas;
- d) certificar ações de formação de curta duração previstas no regime jurídico da formação contínua, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, para os efeitos previstos no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril;
- e) promover e divulgar iniciativas de interesse formativo para as escolas, docentes, não docentes e comunidade educativa, designadamente a partir de dispositivos de formação à

- distância e de informação, favorecendo o estabelecimento de redes através da utilização de plataformas eletrónicas;
- f) criar, gerir e divulgar recursos educativos de apoio às escolas e às práticas profissionais;
- g) apoiar e acompanhar projetos pedagógicos nas escolas associadas;
- h) contratualizar com as escolas associadas os recursos necessários à concretização dos objetivos definidos;
- i) estabelecer protocolos com as instituições de ensino superior ou outras no âmbito da identificação de necessidades de formação, da concretização dos planos de ação, da inovação e da avaliação da formação e dos seus impactos;
- j) promover o estabelecimento de redes de colaboração com outros CFAE e outras entidades formadoras, com vista à melhoria da qualidade e da eficácia da oferta formativa e da gestão dos recursos humanos e materiais;
- k) participar em programas de formação de âmbito nacional;
- l) colaborar com os serviços do Ministério da Educação e Ciência nos programas e atividades previstos na lei.

Artigo 5º
Estatuto

1. O CEFOP-LART, sem prejuízo da autonomia pedagógica de que goza, atende às orientações do Ministério da Educação e Ciência e à regulamentação do Conselho Científico-Pedagógico de Formação Contínua, doravante designado por CCPFC, nos domínios respeitantes à formação contínua de docentes, bem como às orientações das entidades que tutelam a formação contínua dos demais profissionais da administração pública, contratualizando com as escolas associadas os recursos humanos e materiais necessários à concretização dos seus objetivos.
2. O CEFOP-LART depende jurídica, financeira e administrativamente da sua Escola-Sede.

Artigo 6º
Denominação e área geográfica

O CEFOP-LART congrega todos os agrupamentos e escolas públicas dos concelhos de Lamego, Armamar, Resende e Tarouca e ainda escolas privadas e cooperativas que solicitem a sua integração no respeito pela definição prévia da contribuição desta em recursos humanos e/ou financeiros, nos termos definidos neste regulamento.

Artigo 7º
Origem

O CEFOP-LART provém do Centro de Formação de Professores de Lamego, Armamar, Resende e Tarouca, foi constituído nos termos do artigo 18 do Decreto-Lei n.º 249/92 e homologado com esse nome em 22 de Dezembro de 1992.

Artigo 8º
Homologação

O CEFOP-LART (Centro de Formação de Associação de Escolas dos concelhos de Lamego, Armamar, Resende, Tarouca) resultou da reorganização da rede de CFAE efetuada no ano de 2008 e foi

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca) Regulamento Interno

homologado por Despacho da Senhora Diretora Regional de Educação do Norte, em 10 de julho de 2008.

Jardim de Infância do Castanheiro do Ouro –

Artigo 9º Acreditação

1. O CEFOP-LART encontra-se acreditado como entidade formadora pelo CCPFC, no que respeita à formação de educadores e professores e registado junto da DGAE - Direção-Geral da Administração Escolar no que concerne à formação de pessoal não docente.
2. As ações de formação nas modalidades curso de formação, oficina de formação, círculo de estudos e projetos destinadas a pessoal docente, realizadas no CEFOP-LART, são acreditadas junto do CCPFC, e, as que se destinam a pessoal não docente junto da DGAE.

Artigo 11º Escola-Sede

O CEFOP-LART tem como Escola-Sede a Escola E.B. 2,3 de Lamego, sita na Rua de Fafel, 5100-143 Lamego.

Artigo 12º Símbolos

O CEFOP-LART assume como símbolo:



Secção 2 ORGÂNICA E FUNCIONAMENTO

Capítulo 1 COMPOSIÇÃO, ESCOLA-SEDE E SÍMBOLOS

Artigo 10º Estabelecimentos de ensino associados

O CEFOP-LART associa os cinco agrupamentos de escolas do ensino público seguintes:

Agrupamento de Escolas de Latino Coelho – 152948

Escola Básica e Secundária de Latino Coelho –
Escola Básica de 2º e 3º Ciclo de Lamego –
Centro Escolar de Lamego nº 1 -
Centro Escolar de Lamego-Sul, Penude -
Escola EB1 de Cambres –

Agrupamento de Escolas da Sé – 152035

Escola Básica e Secundária da Sé –
Centro Escolar de Lamego nº 2 -
Centro Escolar de Lamego Sudeste, Ferreirim –
Jardim de Infância de Valdigem –
Jardim de Infância de Britiande –
Jardim de Infância de Cepões -

Agrupamento de Escolas de Armamar - 151853

Escola Básica Gomes Teixeira –
Escola Básica José Manuel Durão Barroso -
Jardim de Infância de Aldeia de Cima - ?????
Jardim de Infância de Armamar –
Jardim de Infância de Fontelo - ???????

Agrupamento de Escolas de Resende – 151907

Escola Secundária D. Egas Moniz -
Escola E.B.D. António José de Castro -
Centro Escolar de Resende -
Centro Escolar de S. Martinho de Mouros –
Centro Escolar de S. Cipriano -

Agrupamento de Escolas de Tarouca – 151944

Escola Básica e Secundária Dr. José Leite de Vasconcelos –
Centro Escolar de Tarouca –

Capítulo 2 ESTRUTURAS DE DIREÇÃO E GESTÃO

Artigo 13º Estruturas de direção e gestão

O CEFOP-LART tem como órgãos de direção e gestão:

- a) A comissão pedagógica;
- b) O diretor.

Artigo 14º Constituição e funcionamento da comissão pedagógica

1. A comissão pedagógica do CEFOP-LART é o órgão científico-pedagógico de direção estratégica, coordenação, supervisão e acompanhamento do plano de formação e do plano de atividade do CFAE.
2. A comissão pedagógica é constituída pelos seguintes elementos:
 - a) O diretor do CFAE;
 - b) O conselho de diretores;
 - c) A secção de formação e monitorização.
3. Cabe ao diretor do CEFOP-LART a presidência da comissão pedagógica;
4. Nas ausências e impedimentos, o presidente é substituído pelo vice-presidente;
5. A comissão pedagógica pode reunir em plenário ou por secções, nos termos definidos no presente regulamento;
6. A comissão pedagógica pode integrar pontual ou permanentemente, em regime *pro bono*, elementos de reconhecido mérito na área da educação e da formação, nos termos definidos neste regulamento.
7. Representantes autárquicos da área da educação, que não tendo assento nas reuniões da Comissão Pedagógica, poderão, no entanto, ser convidados a participar em momentos em que seja considerado pertinente a sua presença e contributo, nomeadamente no que respeita à formação de pessoal não

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

docente e Atividades de Enriquecimento Curricular (AEC), ou noutras situações em que, por sua iniciativa, se proponham.

8. Compete ao Conselho de Diretores no que concerne à integração de elementos de reconhecido mérito na área da educação e da formação:
- a) a sua indicação e aprovação, ouvida a Secção de Formação e Monitorização;
 - b) a determinação das reuniões em que poderá ser oportuna a sua participação;
 - c) a cessação, em qualquer momento, da sua atividade.

Artigo 15º
Conselho de diretores

O conselho de diretores é uma secção da comissão pedagógica, constituída pelos diretores das escolas associadas e pelo diretor do CEFOP-LART que preside.

Artigo 16º
Competências do conselho de diretores

O conselho de diretores é responsável pela direção estratégica do CEFOP-LART, competindo-lhe:

- a) Definir e divulgar o regulamento do processo de seleção do diretor do CEFOP-LART;
- b) Selecionar o diretor do CEFOP-LART a partir de um procedimento concursal ou proceder à sua recondução;
- c) Aprovar o regulamento interno do CEFOP-LART sob proposta da secção de formação e monitorização;
- d) Aprovar o plano de formação do CEFOP-LART, ouvida a secção de formação e monitorização;
- e) Aprovar o plano anual de atividades do CEFOP-LART, ouvida a secção de formação e monitorização;
- f) Aprovar os princípios e critérios de constituição e funcionamento da bolsa de formadores internos, ouvida a secção de formação e monitorização;
- g) Aprovar a constituição da bolsa de formadores internos para cada ano escolar;
- h) Aprovar e reconhecer as ações de formação de curta duração previstas no Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro;
- i) Aprovar os protocolos de colaboração entre o CEFOP-LART e outras entidades;
- j) Aprovar o projeto de orçamento do CEFOP-LART;
- k) Acompanhar e garantir a aplicação de critérios de rigor, justiça e coerência nos processos de avaliação decorrentes das atividades do CEFOP-LART;
- l) Aprovar o relatório anual de formação e atividades do CEFOP-LART;
- m) Monitorizar o impacto da formação realizada nas escolas associadas, nos docentes e não docentes, assim como propor as reformulações tidas por convenientes;
- n) Participar na avaliação do desempenho docente do diretor do CEFOP-LART nos termos da lei.

Artigo 17º
Secção de formação e monitorização

1. A secção de formação e monitorização é uma secção da comissão pedagógica constituída pelo diretor do CFAE, que coordena, e pelo responsável do plano de formação de cada uma das escolas associadas.
2. A secção de formação e monitorização tem funções de coordenação, supervisão pedagógica e acompanhamento do plano de formação e de atividades do CEFOP-LART e rege-se por Regimento próprio.
3. A atividade a realizar pelo responsável do plano de formação de cada uma das escolas associadas é integrada na componente não letiva de estabelecimento, podendo integrar ainda as horas de redução da componente letiva, previstas no artigo 79.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril.

Artigo 18º
Competências da secção de formação e monitorização

1. São competências da secção de formação e monitorização:
 - a) Elaborar a proposta de regulamento interno do CFAE;
 - b) Facilitar e promover a comunicação e a articulação entre as escolas associadas do CFAE;
 - c) Participar na definição das linhas orientadoras e das prioridades para a elaboração dos planos de formação e de atividades do CFAE;
 - d) Colaborar na identificação das necessidades de formação do pessoal docente e não docente das escolas associadas;
 - e) Propor a organização de ações de formação de curta duração;
 - f) Estabelecer a articulação entre os projetos de formação das escolas e o CFAE;
 - g) Apresentar orientações para o recrutamento e seleção dos formadores da bolsa interna, bem como de outros formadores cuja colaboração com o CFAE se considere relevante;
 - h) Acompanhar a execução dos planos de formação e de atividades do CFAE e de cada escola associada;
 - i) Propor o recurso a serviços de consultadoria para apoio ao desenvolvimento das atividades do CFAE;
 - j) Avaliar o impacto da formação na melhoria da aprendizagem nas escolas associadas;
 - k) Elaborar o relatório anual de avaliação da formação e atividades do CFAE.

Artigo 19º
Regimento da Comissão Pedagógica

1. A Comissão Pedagógica rege-se pelas normas seguintes:
 - a) O conselho de diretores é convocado pelo seu presidente e reúne ordinariamente uma vez por trimestre e extraordinariamente, mediante convocatória do presidente ou a requerimento da maioria dos seus elementos.

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

- b) A secção de formação e monitorização é convocada pelo seu presidente e reúne ordinariamente de acordo com o seu Regimento Interno.
 - c) A Comissão Pedagógica pode reunir em plenário ou por secções.
 - d) As reuniões são marcadas pelo presidente, através do envio de convocatória via correio eletrónico, com uma semana de antecedência, exceto em situações que justifiquem maior celeridade. Dessa convocatória constarão os pontos da agenda a tratar. Sempre que possível, a convocatória será acompanhada de materiais necessários ao bom funcionamento da reunião.
 - e) O quórum necessário para a realização das reuniões referidas em a), b) e c) é de metade mais 1 dos membros com direito a voto.
 - f) Não se verificando na primeira convocação o quórum previsto em e), será convocada nova reunião, com o intervalo de, pelo menos, vinte e quatro horas, prevendo-se nessa convocação que o órgão delibere desde que esteja presente um terço dos seus membros com direito a voto, em número não inferior a três, o que é designado pelo Código do Procedimento Administrativo (CPA) como quórum de reunião, que consiste no número mínimo de membros previstos na lei para que o órgão possa reunir validamente.
 - g) Na eventualidade de não comparecer esse número mínimo de membros será lavrada uma Ata de Ocorrência, dando conta que a reunião não se realizou por falta de quórum, indicando os membros presentes e os faltosos e da decisão da data para a nova reunião. Os membros faltosos devem ser informados de forma adequada da nova reunião.
 - h) As reuniões da Comissão Pedagógica são presididas pelo Diretor ou pelo Vice-Presidente para as situações em que tal se aplica;
 - i) As decisões da Comissão Pedagógica são tomadas por maioria simples.
 - j) Em cada reunião haverá um registo de presenças.
 - k) A impossibilidade de comparência nestas reuniões deverá ser comunicada, se possível antecipadamente, ao Diretor via correio eletrónico ou telefone.
 - l) Destas reuniões é elaborada a respetiva ata, lavrada por um secretário, eleito de acordo com o CPA.
 - m) As atas da Comissão Pedagógica são arquivadas em formato eletrónico.
2. Na primeira revisão seguinte à seleção do diretor do CFAE, é eleito o Vice-Presidente da Comissão Pedagógica, por maioria simples de entre os membros do Conselho de Diretores.

Artigo 20º
Diretor

O diretor é o órgão de gestão unipessoal do CEFOP-LART, sendo substituído nas suas ausências e impedimentos pelo vice-presidente da comissão pedagógica.

Artigo 21º
Mandato do diretor

1. O diretor do CFAE exerce as suas funções em regime de exclusividade, estando dispensado da prestação de serviço letivo, sem prejuízo de o poder fazer, por sua iniciativa, na disciplina ou área disciplinar para a qual possua qualificação profissional.
2. O mandato do diretor do CFAE tem a duração de quatro anos.
3. Até 60 dias antes do termo do mandato do diretor, o conselho de diretores da comissão pedagógica delibera sobre a recondução do diretor ou a abertura de procedimento concursal, tendo em vista a seleção de um novo diretor.
4. A decisão de recondução do diretor, até um máximo de duas reconduções consecutivas, é tomada por maioria simples dos membros do conselho de diretores da comissão pedagógica.
5. O diretor do CFAE pode cumprir até três mandatos consecutivos.

Artigo 22º
Seleção do diretor

1. O diretor do CFAE é selecionado por procedimento concursal.
2. O procedimento concursal é aberto por aviso publicado, em simultâneo, nos seguintes locais:
 - a) Em local apropriado nas instalações de todas as escolas associadas;
 - b) Na página eletrónica do CFAE e na de todas as escolas associadas;
 - c) Por aviso publicado na 2.ª série do Diário da República e divulgado em órgão de imprensa de expansão nacional, através de anúncio que contenha referência ao Diário da República em que o referido aviso se encontra publicado.
3. Podem ser opositores ao procedimento concursal os docentes integrados na carreira que reúnam, cumulativamente, os seguintes requisitos:
 - a) Se encontrem posicionados no 4.º escalão ou superior da carreira docente;
 - b) Experiência de coordenação ou supervisão pedagógica num mínimo de quatro anos;
 - c) Experiência na formação de docentes.
4. É fator preferencial ser detentor do grau de doutor, mestre ou deter formação especializada numa das seguintes áreas: gestão da formação, supervisão pedagógica, formação de formadores, administração escolar e gestão.
5. Para efeitos da análise e avaliação das candidaturas são considerados os seguintes critérios:
 - a) A adequação do projeto de ação para o mandato a cumprir - 30 %;
 - b) A adequação do *curriculum vitae* do candidato no domínio da educação e da formação de professores - 40 %;
 - c) A realização de uma entrevista de avaliação da adequação do perfil do candidato às funções a desempenhar - 30 %.
6. Compete ao conselho de diretores da comissão pedagógica do CFAE definir e divulgar o regulamento eleitoral, o qual contém obrigatoriamente os requisitos de admissão, os procedimentos

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

e prazos de apresentação das candidaturas, os critérios de análise e avaliação das candidaturas.

7. O diretor do CFAE em exercício não participa na elaboração do regulamento eleitoral.
8. Na situação de procedimento concursal em que não existam candidaturas ou se verifique a sua nulidade, procede-se à abertura de novo procedimento concursal, no prazo máximo de 10 dias úteis, nos termos definidos no n.º 2.
9. O diretor do CFAE exerce as funções em regime de comissão de serviço.

Artigo 23º
Competências do diretor

1. Compete ao diretor do CFAE:
 - a) Gerir a atividade pedagógica e organizativa do CFAE;
 - b) Representar o CFAE nas tarefas e funções que o exigirem;
 - c) Presidir à comissão pedagógica e às suas secções;
 - d) Coordenar a identificação das prioridades de formação das escolas e dos profissionais de ensino;
 - e) Conceber, coordenar e gerir o plano de formação e de atividades do CFAE;
 - f) Coordenar a bolsa de formadores internos;
 - g) Zelar pela aplicação de critérios de rigor e adequação da aplicação dos critérios de avaliação dos formandos pelos diferentes formadores internos e externos;
 - h) Assegurar a articulação com outras entidades e parceiros, tendo em vista a melhoria do serviço de formação prestado e a satisfação eficaz das necessidades formativas;
 - i) Organizar e acompanhar a realização das ações de formação previstas nos planos de formação e de atividade do CFAE;
 - j) Promover iniciativas de formação de formadores, através do estabelecimento de redes com outros CFAE;
 - k) Assegurar, no quadro da secção de formação e monitorização, a organização de processos sistemáticos de monitorização da qualidade da formação realizada e a avaliação periódica da atividade do CFAE em termos de processos, produto e impacto;
 - l) Cumprir com outras obrigações legalmente estabelecidas;
 - m) Elaborar o projeto de orçamento do CFAE;
 - n) Elaborar o relatório anual de formação e de atividades do CFAE.

Artigo 24º
Direitos do diretor

1. Independentemente do seu vínculo de origem, o diretor do CFAE goza dos direitos gerais reconhecidos aos docentes da escola em que exerce funções.
2. O diretor do CFAE conserva o direito ao lugar de origem, não podendo ser prejudicado na sua carreira profissional em virtude do exercício das suas funções.
3. O tempo de serviço prestado no desempenho do cargo de diretor do CFAE é equiparado a serviço letivo para todos os efeitos legais.
4. No exercício do cargo de diretor dos CFAE continua a ser pago o suplemento remuneratório previsto no lei.

Artigo 25º

Substituição do diretor em caso de impossibilidade

Em situações de impossibilidade temporária (doença ou outra) do exercício de funções do Diretor as suas competências serão asseguradas pelo Vice-Presidente da Comissão Pedagógica.

Capítulo 3
OUTRAS ESTRUTURAS

Artigo 26º

Consultor de Formação

1. Por decisão da comissão pedagógica, o CFAE pode designar um consultor de formação cujas funções devem ser desempenhadas por docentes de reconhecido mérito, detentores do grau de mestre ou de doutor na área da educação e qualificados por deliberação do CCPFC.
2. As atribuições do consultor de formação e o modo de exercício das suas funções são definidas no presente regulamento.

Artigo 27º

Nomeação do consultor de formação

1. A proposta de nomeação do Consultor de Formação é da responsabilidade do Diretor, tendo em conta o seu currículo, o perfil exigido pelo CCPFC e o respetivo projeto de ação.
2. O projeto referido na alínea anterior deverá traduzir a conceção da formação como um processo a construir pelos profissionais de educação, profundamente ligada aos contextos de trabalho.

Artigo 28º

Atribuições do consultor de formação

1. Ao consultor de formação compete:
 - a) Contribuir para a elaboração dos planos de formação e de atividade do CFAE;
 - b) Dar parecer sobre aspetos relacionados com o funcionamento científico-pedagógico do CFAE;
 - c) Colaborar na monitorização e avaliação da atividade desenvolvida pelo CFAE;
 - d) Exercer as demais funções de âmbito científico-pedagógico que lhe forem cometidas pelos órgãos de direção e gestão do CFAE.

Artigo 29º

Condições do exercício do consultor de formação

1. No quadro dos fundos disponíveis afetos ao CFAE, as funções do consultor de formação podem ser remuneradas, não podendo exceder anualmente seis vezes o valor do Indexante dos Apoios Sociais (IAS).
2. Os encargos financeiros resultantes dos serviços do consultor de formação, sempre que existam, devem constar do orçamento do CFAE.

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

Artigo 30º

Apoio técnico e pedagógico

1. O funcionamento do CFAE é apoiado por um secretariado constituído por um assistente técnico proveniente do quadro de pessoal afeto à escola-sede do CFAE e por assessorias técnicas e pedagógicas estabelecidas no quadro dos recursos humanos existentes nas escolas associadas.
2. As assessorias técnicas e pedagógicas previstas no número anterior são asseguradas por docentes de carreira das escolas associadas designados pela comissão pedagógica, sob proposta do presidente, de acordo com os recursos humanos disponíveis, entre os docentes integrados em grupos de recrutamento com ausência de componente letiva, redução da componente letiva ao abrigo do artigo 79.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, ou com horário incompleto.

- ✓ Cursos de formação;
- ✓ Oficinas de formação;
- ✓ Círculos de estudos;
- ✓ Ações de curta duração.

2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, a título individual ou em pequeno grupo, com um máximo de sete elementos, pode ser solicitada acreditação ao Conselho Científico - Pedagógico da Formação Contínua (CCPFC), das modalidades de estágio e ou de projeto.
3. As modalidades de formação contínua são objeto de regulamentação própria da responsabilidade do CCPFC.

Artigo 33º

Duração das ações de formação

1. As ações de formação contínua nas modalidades cursos de formação, oficinas de formação e círculos de estudos têm uma duração mínima de 12 horas e são acreditadas pelo CCPFC.
2. As ações de curta duração têm uma duração mínima de três horas e máxima de seis horas e são reconhecidas e certificadas pela Comissão Pedagógica do CFAE.

Parte III FORMAÇÃO

Capítulo 1 PLANEAMENTO DA FORMAÇÃO

Artigo 31º

Áreas de formação

1. As ações de formação contínua para pessoal docente realizadas no CEFOP-LART incidem sobre as áreas de formação de acordo com o artigo 5.º do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro:
 - a) Área da docência, ou seja, áreas do conhecimento, que constituem matérias curriculares nos vários níveis de ensino;
 - b) Prática pedagógica e didática na docência, designadamente a formação no domínio da organização e gestão da sala de aula;
 - c) Formação educacional geral e das organizações educativas;
 - d) Administração escolar e administração educacional;
 - e) Liderança, coordenação e supervisão pedagógica;
 - f) Formação ética e deontológica;
 - g) Tecnologias da informação e comunicação aplicadas a didáticas específicas ou à gestão escolar.
2. Todos os domínios de formação do Pessoal Não Docente em exercício de funções nos agrupamentos e escolas não agrupadas associados.

Artigo 32º

Modalidades de ações de formação

1. As ações de formação contínua realizadas no CEFOP-LART abrangem as seguintes modalidades:

Artigo 34º

Plano de formação

1. O plano de formação é o instrumento de planificação das ações de formação a desenvolver pelo CFAE, podendo ter uma vigência anual ou plurianual até ao máximo de três anos.
2. O plano de formação assenta num levantamento de necessidades e prioridades de formação das escolas associadas e dos seus profissionais.
3. O plano de formação apresenta obrigatoriamente a explicitação calendarizada das prioridades de formação a realizar para o seu período de vigência, bem como a identificação clara dos destinatários da formação.
4. A aprovação do plano de formação é feita, até ao dia 30 de julho do ano escolar imediatamente anterior ao início da sua vigência, podendo ser integradas no plano de formação, fora daquele prazo, as ações de formação de curta duração consideradas pertinentes.
5. A título excecional e quando a situação o exija, o plano de formação pode ser alterado por decisão do conselho de diretores da comissão pedagógica, devidamente fundamentada e exarada em ata.
6. O plano de formação ou as ações de formação nele inscritas podem ser apoiados por programas de financiamento provenientes de fundos europeus nos termos da regulamentação em vigor.
7. Para os efeitos previstos no número anterior, a entidade beneficiária é o agrupamento de escolas, sede do CFAE.
8. São considerados, a título de orientação, os passos seguintes na elaboração do Plano de Formação do Agrupamento/Escola:
 - ✓ *Refletir sobre um conjunto de pressupostos, tais como:*
 - A formação contínua é uma ferramenta estratégica de gestão da organização Agrupamento/Escola.
 - A formação contínua destina-se a assegurar a atualização, o aperfeiçoamento, a reconversão e o apoio à atividade

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

- profissional do pessoal docente, visando ainda objetivos de desenvolvimento na carreira e de mobilidade nos termos do ECD.
- A formação contínua é uma oportunidade de questionamento das suas práticas, para todos os intervenientes, tendo em vista a atualização, a potenciação e a melhoria do serviço prestado.
 - A formação contínua tornou-se um bem valioso e escasso, pelo que deve corresponder à procura de resolução de problemas cirurgicamente identificados.
 - A formação contínua está associada à avaliação de desempenho docente e à progressão na carreira, sendo obrigatória, para o pessoal docente a frequência com aproveitamento de 12,5 horas em média por ano, e, para o pessoal não docente a frequência com aproveitamento de uma ação de formação por ano.
 - Um Plano de Formação de Agrupamento/Escola tem, segundo a legislação em vigor, vigência anual ou plurianual até ao máximo de três anos.
- ✓ **Atualizar a base de dados relativa ao potencial formativo:**
 - Os órgãos responsáveis pelo PFA/E, Conselho Pedagógico, com o apoio do docente Responsável pelo PFA/E, procedem à atualização da base de dados relativa ao conhecimento do potencial formativo adquirido, por docentes e não docentes, através de formação inicial, contínua, especializada, pós-graduada ou outra.
 - ✓ **Reunir informação relativa a problemas sinalizados:**
 - De seguida deverá ser reunida informação relativa a problemas sinalizados no âmbito dos(das):
 - ✓ Resultados dos alunos nas diversas etapas da avaliação;
 - ✓ Finalidades do Projeto Educativo;
 - ✓ Resultados de reflexão do Conselho Pedagógico;
 - ✓ Indicações expressas no Relatório de Avaliação Externa da IGEC;
 - ✓ Avaliação da formação realizada em anos anteriores.
 - ✓ **Selecionar os problemas a serem solucionados por recurso a formação:**
 - Depois, é necessário selecionar, de entre os problemas identificados, os que são suscetíveis de serem solucionados por recurso a formação contínua, docente ou não docente, tendo em atenção:
 - ✓ o público-alvo a envolver;
 - ✓ os recursos existentes;
 - ✓ o espaço temporal em que se desenrolará o plano.
 - ✓ **Especificar a formação pretendida:**
 - ✓ Proposta de designação;
 - ✓ Problema identificado (Organizacional; Enquadramento no Projeto Educativo);
 - ✓ Objetivos considerados essenciais;
 - ✓ Conteúdos considerados essenciais;
 - ✓ Proposta de modalidade de formação a adotar;
 - ✓ Número de horas presenciais e de trabalho autónomo (se aplicável);
 - ✓ Destinatários (Número de formandos, grupos de recrutamento ou categoria);
- ✓ Realização (Proposta de período de realização; número de sessões por mês);
 - ✓ Indicação de formadores (BFI - Bolsa de Formadores Internos do CEFOP-LART, externos ou outros);
 - ✓ Observações – Indicação de eventuais parcerias que possam ser ativadas para levar a cabo a formação.
- ✓ **Formalizar o envio do PFA/E ao CEFOP-LART**
 - O Diretor do Agrupamento/Escola envia o PFA/E ao CEFOP-LART até ao final do mês de junho do ano letivo anterior ao da sua entrada em vigor.
 - ✓ **Promover a articulação entre os projetos de formação do Agrupamentos/Escolas Associados(as) e o CFAE**
 - A Comissão Pedagógica analisará os planos de formação enviados pelos Agrupamentos/Escolas Associados(as) estabelecendo a articulação entre os projetos de formação das escolas e o CFAE e elaborando proposta de ativação dos recursos necessários à concretização daqueles projetos, muito especialmente no que respeita à BFI. Esta proposta será depois discutida e aprovada em Conselho de Diretores a quem compete aprovar o plano de formação do CFAE, ouvida a secção de formação e monitorização.
 - O Diretor do CFAE comunica o resultado aos Agrupamentos/Escolas Associados(as).
 - ✓ **Analisar o dispositivo de formação proposto e decidir a formação a realizar**
 - Os órgãos responsáveis pelo PFA/E de cada Agrupamento/Escola Associado(a) analisam o dispositivo de formação proposto e mobilizam recursos internos de apoio à sua concretização, comunicando depois ao CEFOP-LART as decisões tomadas. A partir daqui caberá ao CEFOP-LART conduzir o processo que levará à concretização das ideias de formação que integram o plano.

Artigo 35º

Comunicação e divulgação do plano de formação

1. A divulgação do plano de formação do CFAE deve efetuar-se no início do ano escolar e até ao dia 15 de setembro, de modo a garantir a sua divulgação junto dos docentes das respetivas escolas associadas.
2. A divulgação das ações de formação contínua deve apresentar as condições de duração, acreditação, frequência, avaliação dos formandos, local e calendário de realização e a identificação do formador.
3. A divulgação das ações de formação contínua a nível nacional é igualmente feita pela Direção-Geral da Administração Escolar, devendo as entidades formadoras disponibilizar a informação em tempo oportuno.

Artigo 36º

Protocolos com outras instituições de ensino

O CEFOP-LART pode estabelecer protocolos de colaboração de carácter pontual ou duradouro com entidades públicas, particulares ou cooperativas, tendo em vista a viabilização de

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

ofertas formativas em domínios de formação considerados prioritários.

Artigo 37º
Outros protocolos de cooperação

O CEFOP-LART estará disponível para o estabelecimento de outros protocolos de cooperação capazes de potenciar a sua ação formativa nomeadamente:

- Com as Câmaras Municipais da sua área geográfica;
- Com CFAEs cuja área geográfica confina com a área do CEFOP-LART e com os que constituem a rede de CFAEs em que está integrado.

Artigo 38º
Formação considerada

- A formação contínua considerada para os efeitos previstos no Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário (ECD) é a seguinte:
 - As ações acreditadas e creditadas pelo CCPFC;
 - As ações reconhecidas e certificadas pelas entidades formadoras;
 - A formação desenvolvida no quadro dos programas europeus desde que acreditada pelo CCPFC.
- Para efeitos do disposto no ECD, a frequência das ações reconhecidas e certificadas pelas entidades formadoras tem como limite máximo um quinto do total de horas de formação obrigatória no respetivo escalão ou ciclo avaliativo.

Artigo 39º
Formação obrigatória

Para efeitos de preenchimento dos requisitos previstos para a avaliação do desempenho e para a progressão na carreira dos docentes em exercício efetivo de funções em estabelecimentos de ensino não superior previstos no ECD, exige -se que a componente da formação contínua incida em, pelo menos, 50% na dimensão científica e pedagógica e que, pelo menos, quatro quintos da formação sejam acreditados pelo CCPFC.

Artigo 40º
Efeitos

As ações de formação contínua para pessoal docente realizadas no CEFOP-LART relevam para efeitos de apreciação curricular e para a progressão na carreira docente, quando nela integrados e desde que concluídas com aproveitamento.

Artigo 41º
Plano de atividades do CFAE

- O Plano de atividades do CEFOP-LART é um documento de planeamento que define, em função do plano de formação, os objetivos, as formas de organização e de programação das atividades e que procedem à identificação dos recursos necessários à sua execução.
- O Plano de atividades do CEFOP-LART tem vigência anual, por ano letivo, e é aprovado até ao dia 31 de Agosto.

- Compete ao Conselho de Diretores aprovar o plano anual de atividades do CEFOP-LART, ouvida a secção de formação e monitorização.
- São elementos integrantes do plano de atividades:
 - o plano de formação do CEFOP-LART;
 - a identificação dos recursos materiais e humanos necessários para a concretização do plano.

Capítulo 2
FORMADORES

Artigo 42º
Acreditação de formador

A acreditação do formador por áreas e domínios de formação é da competência do CCPFC nos termos de regulamentação própria.

Artigo 43º
Requisitos

- Podem ser formadores do CEFOP-LART docentes ou não docentes devidamente certificados pelo CCPFC ou pela DGAE.
- Os formadores, no caso de serem funcionários do Estado, não podem configurar nenhuma das incompatibilidades previstas para o regime de acumulações. Quando a acumulação for possível deverão solicitar as autorizações necessárias às entidades competentes.
- Compete à Comissão Pedagógica a seleção dos formadores, sob proposta do Diretor.

Artigo 44º
Crítérios de seleção dos formadores

- Na seleção dos formadores são adotados os seguintes critérios:
 - Qualificações literárias e profissionais;
 - Experiência na área da formação contínua;
 - Experiência docente, nomeadamente a relacionada com a atividade formativa que vai desenvolver;
 - Qualidade das ideias de formação que propõem;

Artigo 45º
Bolsa de formadores internos (BFI)

- Em cada CFAE constitui-se uma bolsa de formadores internos pelos docentes certificados pelo CCPFC, pertencentes aos quadros das escolas associadas nos termos previstos no Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, e por outros técnicos das escolas associadas, devidamente certificados como formadores no quadro da formação contínua.
- Nos termos do n.º 2 do artigo 15.º do Decreto-Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro, os docentes que beneficiam do estatuto de equiparação a bolseiro, previsto no artigo 110.º do Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, aprovado pelo Decreto -Lei n.º 139-A/90, de 28 de abril, integram, findo o período da atribuição da bolsa, a bolsa de formadores por um período mínimo de três anos escolares, competindo ao diretor do CFAE desenvolver com os docentes os procedimentos necessários para a sua acreditação junto do CCPFC.

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

3. Os procedimentos administrativos relativos à constituição, à atualização, ao funcionamento e à coordenação da bolsa de formadores internos são definidos neste regulamento interno.
4. Os formadores internos a mobilizar para efeitos da prestação de serviço de formação, são selecionados, em cada ano escolar, tendo por base:
 - a) O número de escolas associadas;
 - b) O número total de docentes e não docentes abrangidos pelo CEFOP-LART e a respetiva distribuição por nível de ensino e grupo de recrutamento, assim como o número de não docentes;
 - c) As necessidades de formação tidas como prioritárias;
 - d) A avaliação do Plano de Atividades do CEFOP-LART.
2. O CEFOP-LART pode recorrer ao serviço de formadores externos quando:
 - a) Não existam formadores com perfil considerado adequado às necessidades de formação na bolsa de formadores internos das escolas associadas;
 - b) Os programas de formação são da iniciativa dos serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência;
 - c) As atividades de formação decorram de candidaturas aprovadas no âmbito de programas com financiamento provenientes de fundos europeus;
 - d) As atividades de formação decorram dos protocolos a que se refere o nº 8 do artigo 23º do Decreto-Lei nº 127/2015, de 7 de julho.

Artigo 48º
Estatuto do formador

- Artigo 46º**
Funcionamento da Bolsa de Formadores Internos (BFI)
1. São condições de integração de formadores na BFI do CFAE:
 - a) Ser docente ou não docente de uma Escola Associada no CEFOP-LART;
 - b) Ser formador acreditado junto do CCPFC e/ou da DGAE.
 2. Todos os anos, até ao dia 30 de junho, os Diretores dos Agrupamentos/Escolas Associados(as) comunicam ao Diretor do CEFOP-LART os docentes em exercício nesse Agrupamentos/Escolas que:
 - a) passaram a reunir as condições para integrar a BFI;
 - b) deixaram de ter as condições necessárias para integrar a BFI, devendo portanto ser retirados.
 3. O funcionamento da bolsa de formadores baseia-se na:
 - a) Realização de ações de formação constantes do plano de formação;
 - b) Articulação entre os formadores, designadamente através de dispositivos à distância;
 - c) Prestação de apoio presencial ou à distância aos formandos por solicitação das escolas associadas;
 - d) Produção e divulgação de recursos educativos em plataforma eletrónica criada para o efeito no CFAE.
 4. Não sendo possível integrar o serviço a realizar pelo formador interno na componente não letiva do seu horário, pode, excecionalmente, recorrer-se às soluções previstas nos n.ºs 4 e 5 do artigo 16.º do Decreto -Lei n.º 22/2014, de 11 de fevereiro.
 5. A gestão da BFI compete à Comissão Pedagógica e será realizada em benefício de todos os Agrupamentos/Escolas Associados(as).
 6. Os formadores que integrarem a BFI prestarão serviço mediante condições a acordar com a respetiva Direção da Escola onde exercem funções.
1. A atividade dos formadores internos é contemplada na componente não letiva de estabelecimento do horário dos docentes, de acordo com as prioridades expressas e calendarizadas no plano de formação a que se refere o artigo 23º do Decreto-Lei nº 127/2015, de 7 de julho.
 2. Os formadores que tenham beneficiado de isenção de prestação de serviço letivo em resultado da concessão do estatuto de equiparação a bolseiro para fins de investigação, se a comissão pedagógica assim o decidir, asseguram um mínimo de 25 horas de formação em regime presencial em cada um dos três anos letivos.
 3. Ao formador interno que oriente uma ação de formação é atribuído um número de horas de componente não letiva de estabelecimento destinado à preparação da formação que, de acordo com as diferentes modalidades de formação, e nos termos do presente regulamento interno, tenha como limite máximo o número de horas presenciais da ação de formação em causa.
 4. Caso se justifique a realização de ações de formação que impliquem a deslocação do formador da área do seu Agrupamento de Escolas, ou da sua residência, deverá o agrupamento destinatário da ação prover o pagamento das respetivas ajudas de custo
 5. É atribuído ao formador que colabore com as entidades formadoras a avaliação a definir por despacho dos membros do Governo responsáveis pelas áreas da Administração Pública e da Educação.
 6. A requerimento da entidade formadora ou do interessado, o formador interno de um CFAE pode ser autorizado pela Direção-Geral da Administração Escolar (DGAE) a orientar ações de formação, em acumulação, nos termos da lei.
 7. O formador pode ser remunerado pelas ações de formação previstas no número anterior, em termos a regulamentar por portaria dos membros do Governo responsáveis pelas áreas das Finanças, da Administração Pública e da Educação quando esteja em causa a acumulação de funções públicas.

Artigo 47º
Formadores externos

1. Consideram-se formadores externos os formadores acreditados pelo CCPFC ou pelas entidades competentes no âmbito da educação ou da Administração Pública, não integrados nos quadros das escolas associadas do CFAE.

Artigo 49º
Deveres dos formadores

1. São deveres dos formadores:

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

- a) Cumprir o calendário estabelecido para a ação de formação;
- b) Ser pontual;
- c) Controlar a assiduidade dos formandos e assinar as folhas de presenças, responsabilizando-se por elas;
- d) Comunicar ao diretor do CFAE, com a máxima antecedência possível, qualquer necessidade de alteração do horário da ação e acordar com o diretor e com os formandos nova calendarização;
- e) Sumariar corretamente todas as sessões, de acordo com o programa acreditado e com o respetivo cronograma;
- f) Requisitar, com pelo menos 24 horas de antecedência, fotocópias, materiais e equipamentos necessários à realização das várias sessões e zelar pela boa conservação dos mesmos;
- g) Fazer a entrega de todos os documentos respeitantes a cada sessão, no prazo de uma semana;
- h) Redigir um relatório final;
- i) Fazer entrega atempada, no prazo máximo de 1 mês após o fim da formação, dos documentos respeitantes à ação, nomeadamente o relatório, a avaliação e trabalhos dos formandos, a avaliação da ação e eventuais ocorrências e sugestões.

Capítulo 3 FORMANDOS

Artigo 50º **Formandos**

1. São considerados formandos o pessoal docente (PD) e não docente (PND) ao serviço dos estabelecimentos de ensino público e particular com paralelismo pedagógico, pertencentes ou não à área geográfica do CEFOP-LART.
2. São também considerados formandos os encarregados de educação dos alunos pertencentes aos estabelecimentos de ensino associados e outros funcionários pertencentes a organismos parceiros do CEFOP-LART.

Artigo 51º **Formandos docentes**

1. São considerados formandos docentes:
 - a) Educadores de educação pré-escolar e professores dos ensinos básico e secundário em exercício efetivo de funções em agrupamentos de escolas ou escolas não agrupadas da rede pública;
 - b) Educadores de educação pré-escolar e professores dos ensinos básico e secundário que lecionam português no estrangeiro, das escolas públicas portuguesas no estrangeiro e nas escolas europeias;
 - c) Educadores de educação pré-escolar e professores dos ensinos básico e secundário do ensino particular e cooperativo em exercício de funções em escolas associadas de um CFAE.
 - d) Educadores de educação pré-escolar e professores dos ensinos básico e secundário que exercem funções legalmente equiparadas ao exercício de funções docentes.

Artigo 52º **Direitos dos formandos docentes**

1. O docente, enquanto formando, tem o direito de:
 - a) Escolher as ações de formação mais adequadas ao seu plano de desenvolvimento profissional e pessoal, sem prejuízo do cumprimento de programas ou prioridades definidos pela escola a que pertence ou pelos serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência;
 - b) Apresentar propostas para elaboração do plano de formação do CFAE, através das estruturas pedagógicas do Agrupamento/Escola a que pertence;;
 - c) Frequentar gratuitamente as ações de formação obrigatória para efeitos da sua avaliação do desempenho docente e progressão na carreira docente;
 - d) Cooperar com a escola e com os outros formandos no desenvolvimento de projetos de melhoria das práticas pedagógicas;
 - e) Ser informado dos critérios de avaliação das ações de formação que frequente, no início da formação;
 - f) Submeter ao Conselho de Diretores, sob a forma de requerimento, reclamação da sua avaliação, nos prazos e condições previstas no presente regulamento, apresentando evidências que comprovem as razões da mesma, não podendo ser fundamentada numa comparação entre formandos;
 - g) Apresentar recurso à DGESTE da decisão do Conselho de Diretores, nos termos da lei;
 - h) Obter um certificado de conclusão da formação realizada.

Artigo 53º **Deveres dos formandos docentes**

1. Sem prejuízo do disposto no ECD, o docente, enquanto formando, tem o dever de:
 - a) Cumprir as suas obrigações legais em matéria de formação contínua de docentes;
 - b) Participar de forma empenhada nas ações de formação contínua consideradas prioritárias para a concretização do projeto educativo da escola e para o desenvolvimento do sistema educativo;
 - c) Promover o bom relacionamento e a cooperação entre todos os docentes;
 - d) Partilhar com os outros docentes a informação, os recursos didáticos e os métodos pedagógicos, no sentido de difundir as boas práticas;
 - e) Cumprir com os deveres de pontualidade e assiduidade;
 - f) Zelar pela conservação dos materiais que lhe forem distribuídos, bem como por todos os que lhe forem confiados durante a formação;
 - g) Disponibilizar os dados pessoais e documentos comprovativos necessários à correta organização dos dossiers técnico-pedagógicos das ações;
 - h) Disponibilizar-se para acertos de calendário, devidos a motivos imprevistos;
 - i) Cumprir o regulamento interno do CFAE.

Artigo 54º

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

Formandos não docentes

1. São considerados formandos não docentes os funcionários de agrupamentos e escolas não agrupadas afetos ao Ministério da Educação, a exercer funções profissionais na área do CEFOP-LART;
2. Também poderão ser considerados formandos não docentes os funcionários de agrupamentos e escolas não agrupadas afetos à autarquia local, realizando formação em condições a definir caso a caso.

Artigo 55º

Direitos dos formandos não docentes

1. O funcionário, enquanto formando, tem o direito de:
 - a) Escolher as ações de formação que mais se adequem ao seu plano de desenvolvimento profissional e pessoal, sem prejuízo do cumprimento dos programas ou prioridades definidas pelo Ministério de Educação.
 - b) Participar na elaboração do plano de formação do agrupamento de escolas a que pertence;
 - c) Cooperar na constituição de equipas que desenvolvam projetos formativos com relevância para o desenvolvimento organizacional ou profissional;
 - d) Frequentar gratuitamente as ações de formação obrigatórias. Ser informado dos critérios de avaliação das ações de formação que frequente, no início da formação;
 - e) Ser informado dos critérios de avaliação das ações de formação que frequente, no início da formação;
 - f) Submeter ao Conselho de Diretores, sob a forma de requerimento, reclamação da sua avaliação, nos prazos e condições previstas no presente regulamento, apresentando evidências que comprovem as razões da mesma, não podendo ser fundamentada numa comparação entre formandos.

Artigo 56º

Deveres dos formandos não docentes

O funcionário, enquanto formando, tem o dever de participar nas ações de formação contínua que se integrem em programas nacionais e regionais considerados prioritários e decorrentes da necessidade de desenvolvimento profissional ou das escolas.

Capítulo 4
FORMAÇÃO DE PESSOAL DOCENTE

Artigo 57º

Candidatura/Inscrições

1. O período de candidatura para as ações publicitadas decorre, para cada turma, até ao prazo limite indicado na divulgação feita para cada uma das ações;
2. A candidatura é enviada/entregue no CEFOP-LART;
3. Não serão consideradas válidas as inscrições efetuadas sem preenchimento dos campos obrigatórios na respetiva ficha.

Artigo 58º

Prioridades/Seleção

1. As prioridades de seleção, para a generalidade das ações, salvo indicação expressa na sua divulgação, são:
 - a) Pertencer ao público-alvo estabelecido.
 - b) Encontrar-se em exercício efetivo de funções em agrupamentos e escolas não agrupadas associados no CEFOP-LART;
 - c) Necessitar de formação específica para exercício eminente de funções docentes na escola associada a que pertence, devidamente justificada e fundamentada pela respetiva escola;
 - d) Ser indicado especificamente pelo diretor do seu agrupamento.
2. As inscrições efetuadas fora do prazo estabelecido só serão consideradas no caso de não estar esgotado o número suficiente de formandos.
3. Os formandos selecionados, serão informados por correio eletrónico, no qual se indicará a data da 1ª sessão da formação e a proposta de calendarização das restantes;
4. O formando deverá confirmar a sua aceitação de frequência no prazo indicado na comunicação da seleção.

Artigo 59º

Calendários e horários

1. A 1ª sessão da ação de formação é marcada pelo diretor do CFAE, sob proposta do formador(a) da mesma;
2. Na abertura da ação é apresentada pelo formador uma proposta de calendarização, suscetível de alterações de forma consensual;
3. Em caso de falta de consenso entre os formandos, prevalece a proposta inicial;
4. O cronograma inicial pode ser alterado nas situações seguintes:
 - a) Conveniência de formador e da totalidade dos formandos;
 - b) Impedimento, por razões de força maior, do formador;
 - c) Imponderáveis logísticos, nomeadamente os relacionados com atividades obrigatórias dos docentes nos seus agrupamentos;
 - d) Outras razões consideradas atendíveis pelo diretor do CFAE.
2. Todas as alterações ao calendário-horário previsto têm que ser previamente submetidas, pelo formador, à aprovação do diretor do CFAE.

Artigo 60º

Declarações de presença

Nas sessões das ações de formação serão passadas aos formandos, se necessário, declarações de presença. Estas devem ser solicitadas ao formador no próprio dia da sessão de formação a que dizem respeito.

Artigo 61º

Regime de faltas

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

1. Não podem ser objeto de certificação as ações nas quais a assiduidade do formando seja inferior a dois terços da respetiva duração;
 2. Sem prejuízo do estabelecido no número anterior, o CEFOP-LART pode estabelecer, pontualmente, critérios de participação mais exigentes, desde que expressos na proposta de acreditação junto do CCPFC.
 3. As faltas dadas às ações de formação não são relevantes.
 4. As faltas dadas às ações de formação poderão ser justificadas junto do formador, de forma expressa, utilizando a via do correio eletrónico.
 5. A justificação das faltas tem apenas carácter informativo para o formador, que poderá ter essa informação em conta aquando da avaliação da qualidade da participação do formando.
2. Na aplicação dos critérios devem ser considerados os seguintes indicadores/itens:
 - a) *Participação*:
 - Sentido de responsabilidade: assiduidade e pontualidade;
 - Integração no grupo - relacionamento interpessoal e capacidade de partilha;
 - participação individual ou em grupo - pertinência e clareza das intervenções, interesse e motivação;
 - realização das tarefas nas sessões - conhecimentos científicos e profissionais demonstrados;
 - capacidade de iniciativa e autonomia;
 - b) *Trabalho produzido*:
 - qualidade e adequação dos trabalhos, nomeadamente a quantidade, qualidade, rigor, fundamentação e coerência interna;
 - nível de intervenção pedagógica – aplicação de trabalhos e materiais em sala de aula;
 - prova de conhecimentos ou documento de reflexão crítica/trabalho final – entrega atempada, correção formal, rigor no conteúdo, caracterização das atividades realizadas e autoavaliação.

Artigo 62º

Avaliação dos formandos docentes

1. A avaliação dos formandos orienta-se por princípios de rigor e transparência, sendo obrigatório no início de uma ação de formação a divulgação aos formandos dos instrumentos, processos e critérios utilizados.
2. Sem prejuízo do disposto no número anterior, as ações de formação contínua são avaliadas com recurso a instrumentos e procedimentos de avaliação diversificados de modo a garantir rigor e justiça na avaliação.
3. A avaliação dos formandos docentes nas ações de formação do CEFOP-LART é contínua, participada por todos os intervenientes, assegurando a avaliação individual de cada formando.
4. A proposta de avaliação individual de cada formando é da responsabilidade do formador ou formadores que orientam as ações de formação e é efetuada em formulário próprio, ou incluída no relatório final, tendo por base os processos e critérios definidos no formulário de acreditação da ação.
5. A responsabilidade final da avaliação cabe à entidade formadora mediante proposta escrita e fundamentada do formador.
6. A aprovação dos formandos resulta cumulativamente de:
 - a) Assiduidade superior a um terço do número de horas presenciais da ação;
 - b) Apresentação do trabalho final individual/reflexão crítica individual/classificações obtidas em momentos específicos de avaliação - prova de conhecimentos (nos cursos de formação), do relatório de reflexão crítica (nas oficinas de formação e círculos de estudos) e dos relatórios de progresso trimestral e final (nos projetos).
 - c) Classificação final igual ou superior a 5 valores.

Artigo 63º

Critérios de avaliação dos formandos docentes

1. As ações de formação são avaliadas de acordo com os critérios seguintes:

Critérios	Curso	Oficina	Círculo
Participação	50%	40%	40%
Trabalho produzido	50%	60%	60%

Artigo 64º

Citações e referências

1. A inclusão, em relatórios, trabalhos ou qualquer outro material produzido no contexto da formação, de textos, imagens ou sons, que sejam propriedade intelectual de outrem, tem obrigatoriamente que ser citada e devidamente referenciada.
2. O não cumprimento do estabelecido no ponto anterior configura a situação de plágio que determina a anulação do relatório, trabalho ou qualquer outro material em que essa situação se verifique.

Artigo 65º

Classificação quantitativa e menções

1. A avaliação a atribuir aos formandos é expressa numa classificação quantitativa na escala de 1 a 10 valores.
2. A escala de avaliação prevista no número anterior tem como referente as seguintes menções:
 - Excelente — de 9 a 10 valores;
 - Muito Bom — de 8 a 8,9 valores;
 - Bom — de 6,5 a 7,9 valores;
 - Regular — de 5 a 6,4 valores;
 - Insuficiente — de 1 a 4,9 valores.

Artigo 66º

Não aprovação

1. A não aprovação dos formandos nas ações de formação do CEFOP-LART pode resultar de:
 - a) Assiduidade inferior a dois terços do número de horas presenciais da ação.
 - b) Não apresentação do trabalho individual (nos cursos de formação), do relatório de reflexão crítica (nas oficinas de

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

formação e círculos de estudos) ou dos relatórios de progresso trimestral e final (nos projetos).

- c) Uma classificação final inferior a 5 valores.
2. Na eventualidade de o solicitar, o formando reprovado poderá receber uma declaração de participação na ação, que indicará os dias e horas em que esteve presente, a que acrescerá sempre a indicação da reprovação na referida ação.

Artigo 67º
Certificados de Formação

1. Os certificados de formação das ações de formação do CEFOP-LART serão passados, após a conclusão do processo de avaliação, aos formandos que obtiverem aproveitamento e enviados para a Escola onde exercem funções ou para a morada indicada na ficha de inscrição.
2. Os certificados conterão as informações seguintes: identificação de entidade formadora, do formador e do formando. A data, a designação, a duração e a modalidade da ação de formação realizada, bem como a classificação e a correspondente menção a atribuir a cada formando, com indicação da escala quantitativa utilizada, bem como dos efeitos da ação para a progressão na carreira. Conterão ainda os conteúdos trabalhados na ação.

Artigo 68º
Divulgação dos trabalhos e relatórios produzidos

Todos os trabalhos produzidos pelos formandos nas ações de formação são património do CEFOP-LART, podendo este fazer deles a divulgação que entender sob qualquer forma de comunicação, não necessitando do consentimento prévio dos formandos.

Artigo 69º
Recurso

1. Do resultado da avaliação realizada cabe aos formandos recurso no prazo máximo de 10 dias úteis após a divulgação dos resultados;
2. O recurso tem de ser apresentado por escrito, devidamente datado e assinado, dirigida ao Diretor do CEFOP-LART, fundamentado exclusivamente com base nos critérios de avaliação da ação frequentada e no desempenho do formando.
3. Os procedimentos internos a adotar em relação às reclamações incluem a audição das partes (formadores e formandos), do consultor de formação (quando aplicável), terminando com a emissão de um parecer pelo Diretor que será depois analisado em sede da Comissão Pedagógica que decide. A decisão tomada é comunicada ao formando via correio em carta registada.
4. A decisão do recurso é notificada no prazo máximo de 30 dias úteis, após a data de entrada.

Artigo 70º
Pautas

1. Os resultados finais que vão constar das pautas serão ratificados pela Comissão Pedagógica, constando nas mesmas as datas das ratificações respetivas.
2. Concluído o processo de avaliação de cada turma, será afixada a respetiva pauta no CEFOP-LART.

3. Todos os formandos avaliados na ação serão notificados dessa publicação, via correio eletrónico.

Artigo 71º
Desistência

1. Os formandos poderão desistir da frequência de uma ação de formação. Entende-se por desistência o deixar de comparecer na ação, sem motivo fundamentado, depois de ter assumido o compromisso de a frequentar.
2. O abandono implica para o formando a aplicação do critério de exclusão que consiste em, durante um ano, o formando não ser selecionável para qualquer ação de formação a que concorra no CEFOP-LART.

Capítulo 5
FORMAÇÃO CERTIFICADA PELA COMISSÃO PEDAGÓGICA

Artigo 72º
Ações de curta duração (ACD)

1. Com a publicação do Decreto-Lei n.º 22/14, de 11 de Fevereiro, que reformulou o Regime Jurídico da Formação Contínua (RJFC), a modalidade Ação de Curta Duração (ACD) passa a ser reconhecida e certificada nos termos do Despacho n.º 5741/2015 de 29 de Maio, retificado pela Declaração de retificação n.º 470/2015 de 11 de junho. Não estando prevista para esta modalidade a figura da acreditação prévia, as atividades de formação para serem consideradas ACD têm, à *posteriori*, que ser submetidas a um processo de reconhecimento e certificação nos termos da legislação referida, pelo que nenhuma atividade de formação poderá ser previamente publicitada como sendo uma ACD mas apenas como uma atividade de formação que reúne as condições estabelecidas para o seu posterior e eventual reconhecimento e certificação.

Artigo 73º
Reconhecimento e certificação

O reconhecimento e certificação das ações de formação de curta duração é da competência do Conselho de Diretores da Comissão Pedagógica, de acordo com o previsto no Despacho n.º 5741/2015, de 29 de maio.

Artigo 74º
Condições de reconhecimento

1. O reconhecimento das ações de formação de curta duração requer a verificação cumulativa das seguintes condições:
- a) Revistam a forma de seminários, conferências, jornadas temáticas ou outros eventos de cariz científico e pedagógico;
- b) Tenham uma duração mínima de 3 e máxima de 6 horas;
- c) Tenham uma relação direta com o exercício profissional dos docentes;

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

- d) Sejam realizadas com manifestação de rigor e qualidade científica e pedagógica;
- e) Sejam asseguradas por formadores que, no mínimo, sejam detentores do grau de Mestre.
2. O reconhecimento das ACD só pode ocorrer uma única vez, independentemente do formador, local ou ano de realização.
3. Para efeitos de reconhecimento, o interessado deve apresentar requerimento (anexo I) ao diretor do Centro de Formação de Professores, acompanhado dos seguintes documentos:
 - a) comprovativo de presença;
 - b) programa temático da respetiva ação;
 - c) comprovativo das habilitações académicas do(a)s formador(a)s, em conformidade com a alínea c) do artigo 5.º do Despacho n.º 5741/2015, de 29 de maio.
 - d) No caso das ACD realizadas num agrupamento associado ao CEFOP-LART, o pedido de reconhecimento pode ser submetido ao diretor do CFAE pelo(a) diretor(a) desse agrupamento (anexo II).

Artigo 75º

Ratificação da decisão de reconhecimento e certificação

1. Analisados os requerimentos apresentados e respetivos documentos anexos, referidos no ponto 3 do artigo 63º, o diretor do CEFOP-LART apresenta proposta de parecer de decisão.
2. A proposta de decisão é apresentada em reunião de conselho de diretores da Comissão Pedagógica, que decide sobre o seu deferimento.

Artigo 76º

Certificação

1. Cumpridos os procedimentos e condições de reconhecimento, a certificação das ações de formação de curta duração processa-se através da emissão de um certificado autenticado pelo CEFOP-LART, no qual devem constar:
 - a) o nome do formando;
 - b) o grupo disciplinar;
 - c) o agrupamento em que exerce funções;
 - d) a designação da ação;
 - e) o local e data de realização;
 - f) o número de horas;
 - g) o nome da entidade ou entidades promotoras
 - h) o nome e grau académico do formador ou formadores envolvidos.
2. A emissão do certificado, a que se refere o número anterior, ocorre num prazo máximo de 100 dias após a entrega do requerimento a que se refere o ponto 3 do artigo 74º deste Regulamento Interno.

Capítulo 6
FORMAÇÃO DE PESSOAL NÃO DOCENTE

Artigo 77º

Candidatura/Inscrições

1. A candidatura para as ações do Plano de Formação de Pessoal Não Docente CEFOP-LART rege-se pelos normativos seguintes:
 - a) A candidatura é feita em ficha própria entregue no Órgão de Gestão / Diretor do agrupamento associados onde o candidato exerce funções.
 - b) Terminado o período de inscrições proceder-se-á à seleção dos formandos, da responsabilidade do órgão de gestão que, de seguida, enviará ao CFAE as listagens dos formandos selecionados por ação.
 - c) A seleção dos formandos a exercer funções em escolas não associadas no CEFOP-LART será feita para completar turmas, de acordo com a data de entrada do boletim de inscrição (em caso de empate recorrer-se-á a uma seriação descendente por data de nascimento dos candidatos).

Artigo 78º

Calendários e horários

1. A formação do PND decorrerá, preferencialmente, em período laboral no período das interrupções letivas.
2. O cronograma da ação é da responsabilidade da direção do agrupamento onde a mesma decorre.
3. Todas as alterações ao calendário-horário previsto, quando propostas pelo formador e/ou formandos têm que ser previamente submetidas à aprovação da Direção do Centro.

Artigo 79º

Avaliação dos formandos não docentes

1. A avaliação dos formandos não docentes nas ações de formação do CEFOP-LART é contínua, participada por todos os intervenientes, assegurando a avaliação individual de cada formando.
2. A aprovação dos formandos está dependente da assiduidade, da apreciação favorável da participação do formando pelo formador e da realização de um teste escrito e/ou trabalho classificado na escala de 0 a 20 valores. Serão aplicados os seguintes parâmetros e respetivos fatores de ponderação:
 - a) avaliação contínua - 50 (cinquenta)%, sendo que:
 - 30% correspondem à participação do formando nas sessões;
 - 20% à assiduidade. (Estes 20% apenas serão contabilizados para os formandos que frequentem a totalidade das horas de formação previstas).
 - b) prova de conhecimentos e/ou trabalho final - 50 (cinquenta)%;
3. A não aprovação dos formandos nas ações de formação pode resultar de:
 - a) assiduidade inferior a 80% do número de horas da formação;
 - b) não realização do teste escrito ou apresentação de trabalho final;
 - c) obtenção de uma classificação no teste e/ou trabalho inferior a 10 valores.

Artigo 80º

Certificados

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

Os certificados de formação da ação serão passados, até sessenta dias após a última sessão, aos formandos que obtiverem aproveitamento e enviados para o agrupamento ou escola não agrupada onde os formandos exercem funções ou para a morada indicada na ficha de inscrição.

Artigo 81º
Recurso

1. Os formandos poderão apresentar recurso da classificação que lhes foi atribuída na ação de formação que frequentaram. O recurso tem de ser apresentado por escrito, devidamente datado e assinado, dirigido ao Diretor do Centro, fundamentado exclusivamente com base nos critérios de avaliação da ação frequentada e no desempenho do formando.
2. Os procedimentos internos a adotar em relação aos recursos incluem a audição das partes (formadores e formandos), terminando com a emissão de um parecer pelo Diretor que será depois analisado em sede da Comissão Pedagógica que decide. A decisão tomada é comunicada ao formando via correio em carta registada.
3. A decisão do recurso é notificada no prazo máximo de 30 dias úteis, após a data de entrada.

Artigo 82º
Pautas

Concluído o processo de avaliação de cada turma, a respetiva pauta será afixada na CEFOP-LART.

Artigo 83º
Abandono e critério de exclusão

1. Considera-se abandono de uma ação de formação, o formando deixar de comparecer na ação sem apresentar qualquer justificação, depois de ter assumido o compromisso de a frequentar.
2. O abandono implica para o formando a aplicação do critério de exclusão que consiste em, durante um ano, o formando não ser selecionável para qualquer ação de formação a que concorra no CEFOP-LART.

Capítulo 7
AValiação da Formação e Atividades do CFAE

Artigo 84º
Avaliação das ações de formação

1. As ações de formação contínua são avaliadas pelo formando, pelo formador e pela entidade formadora, de modo a permitir a análise da sua adequação aos objetivos definidos e da sua relevância para a melhoria do ensino e dos resultados escolares dos alunos, para o desenvolvimento profissional dos docentes e para a melhoria organizacional das escolas.
2. Cabe à entidade formadora criar instrumentos de avaliação adequados, proceder ao tratamento dos dados recolhidos, promover a divulgação dos resultados e utilizar esses resultados como elemento de regulação da oferta formativa.

3. Os formandos avaliam a ação de formação que realizam através do preenchimento de um formulário que se encontra à sua disposição desde o início da ação e que têm que entregar ao diretor do CFAE no encerramento da ação.
4. Os dados obtidos são alvo de tratamento, integrando o Relatório de Avaliação Interna produzido pelo Diretor.
5. A avaliação da ação pelos formadores compreende a entrega de um relatório organizado, o Relatório do Formador.
6. O Consultor de Formação ou Especialista apresenta, após o final das ações na modalidade círculos de estudos, oficinas de formação e projetos, um relatório circunstanciado onde, entre outros aspetos, faz referência aos resultados do acompanhamento que realizou da ação, nomeadamente, no que se refere à prestação de formandos e formador e à proposta de avaliação dos formandos.

Artigo 85º
Relatório anual de avaliação da formação e atividades do CEFOP-LART

1. Compete à secção de formação e monitorização elaborar o relatório anual de avaliação da formação e atividades do CFAE reunindo todos os dados disponíveis, nomeadamente trabalhos e relatórios de formandos, inquérito de avaliação de ação pelos formandos e relatórios dos formadores. Este sintetiza toda a informação recolhida em todas as ações e atividades desenvolvidas pelo CFAE.
2. Compete à Comissão Pedagógica aprovar o relatório anual de formação e atividades do CFAE.
3. O relatório anual de avaliação da formação e atividades do CFAE é depois divulgado através dos meios de divulgação do CEFOP-LART.

PARTE IV
BOLSA DE AVALIADORES EXTERNOS (BAE)
NO ÂMBITO DA AVALIAÇÃO EXTERNA DE
DESEMPENHO DOCENTE (AEDD)

Artigo 86º
Conceito

A Bolsa de Avaliadores Externos (BAE) do CEFOP-LART é o conjunto de avaliadores responsáveis pela avaliação externa da dimensão científica e pedagógica do processo de avaliação de desempenho docente dos docentes dos Agrupamentos/Escolas Associadas no CEFOP-LART e rege-se pelo presente regulamento.

Artigo 87º
Enquadramento legal

O Estatuto da Carreira dos Educadores de Infância e dos Professores dos Ensinos Básico e Secundário, na redação que lhe é conferida pelo Decreto-Lei n.º 41/2012, de 21 de fevereiro, consagra um novo regime jurídico de avaliação do desempenho do pessoal docente, que veio a ser desenvolvido pelo Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro. Nos termos daqueles diplomas, a avaliação externa do desempenho docente centra-se na dimensão científica e pedagógica e realiza-se através da observação

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

de aulas, sendo obrigatória para os docentes em período probatório, integrados no 2.º e 4.º escalões da carreira, integrados na carreira que tenham obtido a menção de Insuficiente e para atribuição da menção de Excelente, em qualquer escalão da carreira. Para o efeito referido, estabelece o artigo 13.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, que é constituída uma BAE. O Despacho Normativo n.º 24/2012, publicado no Diário da República, 2ª Série, n.º 208, de 26 de Outubro, criou o dispositivo funcional para a BAE que aproveita as estruturas existentes nos Centros de Formação de Associações de Escolas e o seu âmbito de abrangência geográfica, propícias a uma planificação e gestão descentralizadas da rede, com reflexos no trabalho a desenvolver por todos os intervenientes no procedimento de avaliação externa. Em cada Centro de Formação de Associações de Escolas, é constituída uma BAE composta por docentes de carreira de todos os grupos de recrutamento das escolas associadas e cuja gestão compete ao respetivo diretor. O Despacho n.º 13981/2012, Diário da República, 2.ª série, n.º 208, de 26 de outubro de 2012 estabelece os parâmetros nacionais de avaliação externa, bem como os modelos de referência para os instrumentos de registo a utilizar na observação de aulas a efetuar pelos avaliadores externos no processo de avaliação de desempenho docente.

Artigo 88º
Competências

Intervêm neste processo o Diretor e a Comissão Pedagógica do CEFOP-LART, os Diretores dos Agrupamentos/Escolas Associadas e os Avaliadores Externos.

Artigo 89º
Coordenação e gestão (Diretor do CEFOP-LART)

1. O Diretor do CEFOP-LART exerce as funções de coordenação e gestão BAE. No âmbito da gestão da BAE compete-lhe:
 - a) Desenvolver os procedimentos necessários à constituição e atualização da BAE;
 - b) Calendarizar os procedimentos de avaliação externa previstos com respeito pelos prazos definidos, com divulgação aos intervenientes do CEFOP-LART;
 - c) Afetar o avaliador externo a cada avaliado;
 - d) Apoiar os avaliadores e monitorizar a implementação do processo de avaliação externa do desempenho docente.

Artigo 90º
Distribuição dos avaliadores e parecer em casos de impedimento e escusa (Comissão Pedagógica)

1. A Comissão Pedagógica do CEFOP-LART tem, neste processo, as competências seguintes:
 - a) Aprovar, até ao final do 3.º período do ano escolar anterior àquele em que decorrer a avaliação externa, uma proposta de distribuição dos avaliadores a afetar a cada avaliado elaborada e apresentada pelo Coordenador da BAE.
 - b) Ser ouvida pelo Coordenador da BAE sobre incidentes relativos a situações de impedimento ou pedidos de escusa apresentados por avaliadores e avaliados.

Artigo 91º

Recenseamento

1. A legitimidade e competências dos avaliadores externos que constituem a BAE, assim como a sua seleção, são asseguradas por rigorosos requisitos de formação e experiência profissional, comprovados pelos respetivos agrupamentos de escolas e escolas não agrupadas. No âmbito da BAE compete aos Diretores dos Agrupamentos / Escolas Associadas:
 - a) Proceder ao recenseamento dos docentes que reúnam os requisitos necessários após o preenchimento de um formulário concebido para o efeito pelo CEFOP-LART.
 - b) Validar os elementos constantes do formulário de acordo com os documentos constantes do processo individual do docente.
 - c) Proceder à elaboração de uma lista dos candidatos por grupo de recrutamento e escalão da carreira docente.
 - d) Remeter os formulários, devidamente validados, e as listas de avaliadores ao Diretor do CEFOP-LART.

Artigo 92º
Observação de aulas e aplicação dos documentos de avaliação (Avaliadores Externos)

1. Compete ao Avaliador Externo:
 - a) Proceder à observação de aulas de: docentes em período probatório; docentes integrados no 2.º e 4.º escalão da carreira docente; de docentes que requereram a atribuição da menção de Excelente, em qualquer escalão; e de docentes integrados na carreira que obtenham a menção de Insuficiente.
 - b) Aplicar instrumentos de registo requeridos para a avaliação externa da dimensão científica e pedagógica, tendo por referência os parâmetros nacionais;
 - c) Proceder à avaliação das aulas observadas;
 - d) Emitir parecer sobre o relatório de autoavaliação do docente relativamente às aulas observadas;
 - e) Articular com o avaliador interno o resultado final da avaliação da dimensão científica e pedagógica dos docentes sujeitos à avaliação externa.

Artigo 93º
Seleção dos Avaliadores Externos

1. O Diretor do Agrupamento/Escola procede ao recenseamento dos docentes que reúnam os requisitos necessários após o preenchimento de um formulário concebido para o efeito pelo CEFOP-LART.
2. Este formulário é de preenchimento obrigatório por todos os docentes integrados no 4.º escalão ou superior da carreira docente da escola que sejam titulares do grau de doutor ou mestre em avaliação do desempenho docente ou supervisão pedagógica ou deterem formação especializada naquelas áreas ou possuir experiência profissional no exercício de funções de supervisão pedagógica que integrem observação de aulas.
3. Os elementos constantes do formulário devem ser validados pela escola de acordo com os documentos constantes do processo individual do docente nela existente.
4. Ao docente que, por qualquer razão, não esteja interessado em desempenhar as funções de avaliador externo da dimensão

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

científica e pedagógica no âmbito da avaliação do desempenho docente, assiste o direito de apresentar pedido de escusa da função através de pedido fundamentado ao Diretor-Geral da Administração Escolar.

5. Após a validação de todos os formulários, o Agrupamento procede à elaboração de uma lista dos candidatos por grupo de recrutamento e escalão da carreira docente. Os formulários, devidamente validados e as listas de avaliadores são remetidos pela Escola ao Diretor do CEFOP-LART, que com eles constitui uma base de dados, tendo em vista a gestão futura da BAE.

Artigo 94º
Atualização da BAE

1. O Diretor de Agrupamento / Escola envia ao Diretor do CEFOP-LART, até ao dia 30 de Outubro de cada ano escolar:
 - a) Uma cópia atualizada dos horários escolares dos docentes que integram a BAE;
 - b) Uma lista atualizada de avaliadores externos com os docentes que, em consequência de mobilidade, de progressão na carreira ou de formação e experiência profissional entretanto adquirida, passem a reunir as condições para a integrar ou tenham que a abandonar.
2. O momento do ano em que se procede à atualização da BAE é apropriado para, em reunião da Comissão Pedagógica, se realizar a análise crítica e um balanço da atividade desenvolvida por cada avaliador externo no ano anterior, resultando daqui, parecer orientador relativo à sua utilização futura.

Artigo 95º
Distribuição dos Avaliadores Externos

1. A atribuição do avaliador externo ao docente em avaliação na dimensão científica e pedagógica, obedece aos seguintes critérios:
 - a) Pertencer ao mesmo grupo de recrutamento;
 - b) Estar integrado em escalão da carreira igual ou superior;
 - c) Não exercer funções na mesma escola ou agrupamento de escolas;
 - d) Atender à minimização das distâncias a percorrer.
2. Até ao final do 3.º período do ano escolar anterior àquele em que decorrer a avaliação externa, o Coordenador da BAE elabora uma proposta de distribuição dos avaliadores a afetar aos avaliados que será aprovada pela Comissão Pedagógica.
3. A atribuição, no mesmo ano escolar, de mais de 10 docentes a um avaliador externo para efeitos de avaliação da dimensão científica e pedagógica, requer autorização expressa do serviço competente do Ministério da Educação e Ciência.
4. Não existindo na BAE de um determinado grupo de recrutamento, no âmbito geográfico do CEFOP-LART, docentes que satisfaçam os requisitos necessários, deve o coordenador da BAE, sempre que necessário, solicitar aos CFAE mais próximos a indicação de um avaliador da sua BAE. Esta medida requer a concordância, por escrito, do avaliador designado.
5. A distribuição dos avaliadores externos pelos avaliados é realizada, em reunião da Comissão Pedagógica, por sorteio, do modo seguinte:

- a) A cada avaliador será atribuído um número (AE_YYY_000, em que YYY é o número do respetivo grupo de recrutamento e 000 o número que lhe foi atribuído como avaliador externo).
- b) A cada avaliado será igualmente atribuído um número (A_YYY_00000, em que YYY é o número do respetivo grupo de recrutamento e 000 o número que lhe foi atribuído como avaliado).
- c) Os avaliadores sobre os quais impenda parecer orientador negativo em resultado de avaliação da sua ação no ano anterior, não farão parte do sorteio.
- d) Proceder-se-á então, para cada grupo de recrutamento, ao sorteio do avaliador para cada avaliado. O sorteio será repetido, sendo retirado outro número de avaliador, sempre que:
 - Existir incompatibilidade de horário entre avaliador e avaliado;
 - Avaliador e avaliado pertencerem ao mesmo Agrupamento / Escola;
 - A proximidade entre as escolas onde exercem funções não permitir o cumprimento do critério de minimização das distâncias a percorrer.
- e) Um avaliador a quem tenha sido atribuído um avaliado só volta a integrar o sorteio quando todos os outros avaliadores tiverem um avaliador atribuído.
- f) Quando se esgotarem os avaliadores serão todos recolocados a sorteio, repetindo-se o processo até que todos os avaliados tenham um avaliador atribuído.
- g) Sempre que um avaliador atinge o número 10 de avaliados é retirado do sorteio.

Artigo 96º
Calendarização

1. Depois de conhecidos os horários dos avaliadores, o coordenador da BAE elabora até ao dia 30 de outubro o plano de calendarização da observação de aulas prevista nos nºs 4 e 5 do artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, do qual é dado conhecimento pelos meios mais expeditos ao avaliador, ao avaliado e ao diretor da escola. Para efeitos dessa observação de aulas, ao avaliador externo apenas é permitido faltar a atividades letivas no quadro da alínea f) do n.º 5 do artigo 13.º do Despacho Normativo n.º 13-A/2012, de 5 de junho, garantida que esteja a respetiva permuta, substituição por docente ou docente coadjuvante.
2. Na calendarização da observação de aulas serão tidos em atenção critérios de razoabilidade nomeadamente:
 - a) Evitando as duas primeiras e as duas últimas semanas de cada período letivo.
 - b) Promovendo a articulação prévia entre avaliador e avaliado para a escolha do momento ou momentos mais convenientes para a realização da observação.

Artigo 97º
Comunicações e impedimentos

1. Avaliador e avaliado podem declarar situação de impedimento ou formular pedido de escusa perante o Coordenador da BAE,

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

de acordo com o disposto nos artigos 44.º e 48.º do Código do Procedimento Administrativo.

2. Compete ao coordenador da BAE a decisão sobre esses incidentes, depois de ouvida a respetiva Comissão Pedagógica.
3. Declarado o impedimento ou escusa do avaliador selecionado, proceder-se-á a sua substituição, mediante novo processo de seleção.
4. A declaração de impedimento ou o pedido de escusa, a apresentar no prazo máximo de 3 dias após a tomada de conhecimento do avaliador ou avaliado que lhe foi atribuído, formalizam-se utilizando impresso próprio que, depois de preenchido e assinado, deverá ser remetido para o CEFOP-LART via e-correio para cefoplart@gmail.com ou correio normal com aviso de receção.
5. Após o recebimento o CEFOP-LART emitirá, num prazo de 3 dias, o respetivo recibo que será enviado, via e-correio, para o endereço indicado.
6. A resposta será comunicada ao requerente num prazo de 10 dias úteis.

Artigo 98º
Observação de aulas

A observação de aulas é obrigatória nas situações previstas no artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro. A observação de aulas a realizar pelo avaliador externo tem por referência os parâmetros nacionais e os respetivos instrumentos de registo.

Artigo 99º
Procedimento administrativo da observação de aulas

1. A observação de aulas pelos avaliadores externos é realizada num dos dois últimos anos escolares, devendo o processo de avaliação do desempenho ficar concluído até ao fim desse ano escolar e nas seguintes condições:
 - a) Antes do fim de cada ciclo avaliativo para a generalidade dos docentes;
 - b) No último ano escolar anterior ao fim do respetivo ciclo avaliativo, para os docentes integrados no 5.º escalão.
2. Para os efeitos referidos, os docentes abrangidos pelo disposto no artigo 18.º do Decreto Regulamentar n.º 26/2012, de 21 de fevereiro, apresentam o requerimento para observação de aulas ao respetivo coordenador da BAE, até ao final do 1.º período letivo do ano escolar imediatamente anterior ao da sua avaliação externa.
3. Por mútuo acordo, avaliador e avaliado podem proceder a alterações na calendarização prevista, dando do facto conhecimento ao coordenador da BAE.
4. Caso o avaliado não esteja presente por falta devidamente justificada e previamente comunicada ao avaliador, deve este proceder à marcação de nova data para a realização da aula a observar.
5. A desistência da observação de aulas por parte de um docente que apresentou o requerimento previsto, determina a obtenção

de uma classificação máxima de Bom no respetivo ciclo avaliativo.

6. O requerimento de observação de aulas formaliza-se utilizando impresso próprio, que depois de preenchido, validado pelo Diretor de Agrupamento / Escola onde exerce funções, deverá ser remetido para o CEFOP-LART via e-correio para cefoplart@gmail.com ou correio normal com aviso de receção, anexando o respetivo horário de docente.
7. Após o recebimento o CEFOP-LART emitirá, num prazo de 3 dias, o respetivo recibo que será enviado, via e-correio, para o endereço indicado.

Artigo 100º
Deslocações e trabalho extraordinário dos avaliadores externos

1. A observação de aulas a efetuar no quadro da avaliação do desempenho docente processa-se em regime de trabalho extraordinário, sempre que se prolongue para além do horário normal de trabalho do docente avaliador.
2. Na sua deslocação, o avaliador tem direito a ajudas de custo, nos termos da legislação aplicável.
3. A distribuição dos avaliadores externos será organizada, sempre que possível considerando a minimização de distâncias a percorrer.

Artigo 101º
Apoio aos avaliadores

1. O Coordenador da BAE apoiará os avaliadores externos na sua ação:
 - a) Promovendo reuniões de articulação e aferição de procedimentos.
 - b) Promovendo, dentro da medida do possível, encontros e seminários no âmbito desta temática.

Artigo 102º
Monitorização

1. O Coordenador da BAE monitorizará o processo de avaliação externa do desempenho docente:
 - a) Criando instrumentos de avaliação dos avaliadores externos;
 - b) Promovendo espaços de reflexão sobre o desenrolar do processo, nomeadamente ao nível da Comissão Pedagógica.
 - c) Divulgando dados relativos a essa monitorização.

PARTE V

ORÇAMENTO DO CFAE

Artigo 103º
Orçamento do CFAE

1. O orçamento do CEFOP-LART é integrado no orçamento da escola-sede, tendo por referência a contratualização entre o CFAE e as escolas associadas dos recursos humanos e materiais

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

necessários à concretização dos seus objetivos, sendo elaborado pelo diretor e aprovado pelo conselho de diretores.

2. O CFAE pode beneficiar de receitas resultantes da cobrança de serviços prestados, doações e outras liberalidades que lhe sejam destinadas, as quais integram o orçamento da escola-sede como receitas consignadas.
3. A movimentação das receitas previstas no número anterior compete ao órgão de gestão da escola-sede, sob proposta do diretor do CFAE.
4. No caso de mudança da escola-sede do CFAE, as receitas consignadas a este transitam para o orçamento da nova escola-sede, mantendo-se a sua natureza de consignação.
5. O Conselho de Diretores analisará e aprovará o orçamento que será entregue ao Diretor da Escola-Sede tendo em vista a sua integração no orçamento global dessa escola a submeter à tutela.
6. Quando tiver conhecimento das verbas atribuídas ao CFAE pela tutela o Diretor da Escola-Sede dará delas conhecimento em reunião do Conselho de Diretores.
7. O diretor do CFAE apresenta, até 15 de abril, ao Conselho de Diretores, o relatório e contas da atividade do CFAE relativo ao ano económico anterior.

PARTE VI

AÇÕES DE FORMAÇÃO DO CFAE EM REGIME DE COLABORAÇÃO COM OUTRAS ENTIDADES

Artigo 104º

Princípios a adotar

1. As ações de formação dos CEFOP-LART a concretizar em regime de colaboração com outras entidades são reguladas no âmbito do presente artigo, só podendo realizar-se à luz de protocolos que respeitem os aspetos seguintes:
 - a) Deverão integrar o plano de formação do Agrupamento/Escola Associado(a)/Planos de ação do CFAE a que pertencem os formandos envolvidos, tendo origem, portanto, em necessidades de formação identificadas;
 - b) Deverão respeitar toda a regulamentação definida pelos CFAE nos seus Regulamentos Internos no que respeita a inscrições e seleção dos formandos, organização da formação, monitorização, avaliação da formação, de formandos e de formadores e respetiva certificação;
 - c) deverão ser realizadas na área geográfica do CFAE.
2. O consignado no ponto 1. não é aplicável à realização de ações de formação em colaboração com entidades dos serviços centrais do Ministério da Educação e Ciência ou naquelas em que for aprovada a sua organização conjunta com outros CFAE.

PARTE VII

MEIOS DE DIVULGAÇÃO

Artigo 105º

Meios de divulgação

1. São meios de divulgação do CEFOP-LART:
 - a) O sítio institucional em <http://www>
 - b) Os sítios institucionais dos agrupamentos de escolas associadas;
 - c) Outras plataformas digitais geridas pelo CFAE em qualquer momento;
 - d) Correio eletrónico

PARTE VIII

CONTACTOS

Artigo 106º

Contactos

1. O CEFOP-LART faculta a todos os seus utilizadores para além do atendimento presencial, as vias telefone e correio eletrónico (cefopart@gmail.com).
2. O local de atendimento principal do CEFOP-LART encontra-se localizado nas instalações da Escola-Sede, sita em Rua de Fafel, 5100-143 Lamego.
3. O horário semanal de atendimento desenrola-se todos os dias da semana das 9.00 às 13.00h e das 14.00 às 18.00h.
4. O CEFOP-LART dispõe de um sítio institucional em .

PARTE IX

DISPOSIÇÕES FINAIS

Artigo 107º

Entrada em vigor

Este Regulamento entra em vigor após a sua aprovação pelo Conselho de Diretores da Comissão Pedagógica.

Artigo 108º

Regime Subsidiário

1. Aos casos omissos neste Regulamento aplica-se a legislação em vigor.
2. Em matéria de processo, aplica-se, subsidiariamente, o disposto no Código do Procedimento Administrativo, naquilo que não se encontre especialmente regulado no presente Regulamento.

Aprovado pelo conselho de diretores em

09/dezembro/2015

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

ANEXO I
REQUERIMENTO PARA RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DE AÇÃO DE CURTA DURAÇÃO

Exmo. Sr.
Diretor do CFAE Douro e Távora

Para efeitos previstos no ponto 1 do Art.º 5º do Despacho nº 5742/2015, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 104, de 29 de maio, venho, por este meio, requerer A V. Exª o reconhecimento e certificação da ação de curta duração:

Identificação do(a) docente			
1. Nome (completo)			
2. Data de nascimento		3. B.I. /C.C. nº	
5. Morada			
6. Código Postal		7. Telefone	8. Telemóvel
9. Endereço de e-correio			
10. Agrupamento			
11. Escola			
12. Grupo de recrutamento	Código:	Designação:	
Identificação da ação de formação			
13. Designação			
14. Local de realização			
15. Data de realização:			
16: N.º de horas			
17. Entidade(s) promotora(s)			
18. Nome do(s) formador(es)			

Data ____ / ____ / ____

Assinatura do(a) docente

Anexos obrigatórios: a) comprovativo de presença;
b) programa temático da ação;
c) comprovativo das habilitações académicas do(a)(s) formadores(as)

Nota: A emissão do certificado, depois de verificadas as condições, ocorre num prazo máximo de 100 dias após a entrega do requerimento (alínea a) do ponto 3 do artigo 7.º do no Despacho n.º 5741/2015, de 29 de maio.)

PARECER DO DIRETOR DO CFAE DOURO E TÁVORA

DECISÃO DO CONSELHO DE DIRETORES DA C. PEDAGÓGICA

ANEXO II
REQUERIMENTO PARA RECONHECIMENTO E CERTIFICAÇÃO DE AÇÃO DE CURTA DURAÇÃO

Exmo. Sr.
Diretor do CFAE Douro e Távora

Para efeitos previstos no ponto 1 do Art.º 5º do Despacho nº 5742/2015, publicado no Diário da República, 2ª Série, nº 104, de 29 de maio, venho, por este meio, requerer A V. Exª o reconhecimento e certificação da ação de curta duração para os docentes abaixo indicados, e que exercem funções neste Agrupamento:

Identificação do(a) diretor(a)			
1. Nome (completo)			
2. B.I. /C.C. nº			
3. Agrupamento de Escolas			
4. Morada			
6. Código Postal	7. Telefone	8. Telemóvel	
9. Endereço de e-correio			

Identificação da ação de formação	
9. Designação	
10. Local de realização	
11. Data de realização:	
12: N.º de horas	
13. Entidade(s) promotora(s)	
14. Nome do(s) formador(es)	

Identificação dos docentes		
15. Nome	16. Nº BI/CC	17. Código e designação do Grupo de Recrutamento

CEFOP-LART (Centro de Formação de Professores, Lamego, Armamar, Resende e Tarouca)
Regulamento Interno

Data ____ / ____ / ____

Assinatura do(a) diretor(a)

Anexos obrigatórios: a) comprovativo de presença;
b) programa temático da ação;
c) comprovativo das habilitações académicas do(a)(s) formadores(as)

Nota: A emissão do certificado, depois de verificadas as condições, ocorre num prazo máximo de 100 dias após a entrega do requerimento (alínea a) do ponto 3 do artigo 7.º do no Despacho n.º 5741/2015, de 29 de maio.)

PARECER DA DIRETORA DO CEFOP-LART

DECISÃO DO CONSELHO DE DIRETORES DA C. PEDAGÓGICA